

Informe Ambiental



Informativo do Departamento de Meio Ambiente – DMA da
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp

Edição 95- Maio/Junho de 2014
Especial da Semana do Meio Ambiente

cdma@fiesp.com - www.fiesp.com.br - twitter.com/FiespAmbiental | 11 3549.4675 - 11 3649.4237

16ª Semana do Meio Ambiente analisa desafios da sustentabilidade

Realizada de 2 a 6 de junho, a 16ª Semana do Meio Ambiente da Fiesp foi marcada por uma série de atividades, com palestras, debates e exposições sobre os desafios e soluções para o desenvolvimento sustentável



Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

Carlos A. Klink, Nelson Pereira dos Reis, João Guilherme Ometto, Rubens Naman Rizek Junior e Wanderley Nascimento na abertura da 16ª Semana do Meio Ambiente da Fiesp

Os impactos, vulnerabilidades e a adaptação às mudanças do clima foram temas centrais da 16ª Semana do Meio Ambiente. O evento foi promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), com apoio do Serviço Social da Indústria de São Paulo (Sesi-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo (Senai-SP). Participaram da abertura, o vice-presidente da Fiesp e coordenador do Comitê de Mudanças do Clima, João Guilherme Sabino Ometto, o vice-presidente e diretor titular do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, o secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Rubens Naman Rizek Junior, o secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Carlos A. Klink, e o secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente, Wanderley Meira Nascimento.

Educação ambiental

A importância da educação ambiental foi destacada pelo secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente, Wanderley Meira Nascimento, que falou sobre as ações implantadas pela Prefeitura, como o projeto de compostagem nos parques, a implantação da coleta seletiva em toda a cidade e a construção da primeira central de triagem automatizada da América Latina, inaugurada no dia 5 de junho. “A

educação ambiental é o investimento nº 1 nessa área, porque nenhum outro tipo de mitigação vai chegar a lugar nenhum se não tivermos mudança de hábitos”, afirmou Nascimento.

O secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Rubens Naman Rizek Junior, destacou a parceria do governo com a Fiesp. “Graças a essa parceria, avançamos em questões como resíduos sólidos, qualidade do ar, recuperação de áreas contaminadas e inventário de emissões”, destacando que, com ajuda da Fiesp, mais de 10 mil CNPJs firmaram termos de compromisso de logística reversa. Rizek afirmou que há ainda outros temas a serem desenvolvidos em parceria com a indústria paulista. “Falta melhorar a questão da construção civil sustentável, o Cadastro Ambiental Rural, a organização da legislação ambiental, os acertos fiscais e a renovação de frota de veículos.”



Foto: Tânia Waqued/Fiesp

Rizek Junior destacou que parceria do governo com a Fiesp promoveu avanços em diversas áreas

A Fiesp e o meio ambiente

O vice-presidente da Fiesp e coordenador do Comitê de Mudanças do Clima, João Guilherme Sabino Ometto, ressaltou a importância que a Fiesp dá ao meio ambiente, citando o trabalho realizado pelo Comitê, formado por representantes dos departamentos de Meio Ambiente, Infraestrutura, Agronegócio, Competitividade e Comércio Exterior da instituição. “Há vários anos, a visão da Fiesp é a de que as questões ambientais são transversais aos processos econômicos e sociais. A conservação e o uso racional dos recursos naturais é essencial para os processos industriais e para a manutenção da qualidade de vida”.

Ariett Gouveia, Agência Indusnet Fiesp

Duratex e Amidoeste conquistam o Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental

O projeto de gestão de resíduos implantado pela Duratex nas unidades Deca de fabricação de metais e louças foi o vencedor do Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental na categoria de médias e grandes empresas. A Amidoeste conquistou o prêmio na categoria de micros e pequenas empresas com o projeto de utilização de biogás como energia alternativa no processo agroindustrial.

Página 5

Fiesp acompanha negociações sobre o acordo de mudanças climáticas

A equipe do Comitê de Mudanças do Clima da Fiesp integrou a delegação brasileira que participou, na Alemanha, da rodada de negociações sobre o acordo de mudanças climáticas, que deverá entrar em vigor em 2020. Até julho de 2015, os países deverão fixar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), com compromissos concretos em torno de uma economia de baixo carbono.

Página 10

Municípios podem emitir o licenciamento ambiental

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) estabeleceu, por meio de deliberação normativa, as diretrizes para o licenciamento ambiental municipal de empreendimentos ou atividades de potencial impacto local. Antes de ser dado início à solicitação de licença na Cetesb, é necessário verificar se o município está apto a realizar o licenciamento ambiental.

Página 11

16ª Semana do Meio Ambiente

Setor privado tem contribuído para a superação dos problemas climáticos

Para Nelson Pereira dos Reis, vice-presidente e diretor titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp, o setor privado brasileiro tem avançado e contribuído para a superação dos problemas climáticos



Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

Nelson Pereira dos Reis defendeu a busca de convergência em acordos internacionais

A sociedade mundial ainda não acordou para a gravidade das mudanças climáticas e das suas consequências. Entretanto, o setor privado, ciente da necessidade de rápidas ações, já avança e dá a sua contribuição. A afirmação foi feita pelo vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e diretor titular do Departamento de Meio

Ambiente (DMA), Nelson Pereira dos Reis, na abertura da 16ª Semana do Meio Ambiente da Fiesp.

Reis salientou a necessidade de ações abrangentes para enfrentar a questão ambiental. “Precisamos de harmonização nas políticas públicas e nos acordos internacionais”. Entre os problemas a serem solucionados, o vice-presidente da Fiesp destacou a necessidade de uma mudança política para o etanol. Para Nelson Reis, a atual política energética do Brasil pune esse tipo de combustível. “É necessário trabalhar para evitar a possível perda dos benefícios do etanol”, afirmou.

O vice-presidente da Fiesp defendeu a necessidade da busca de convergência e de posicionamentos fortes diante dos acordos internacionais. “Um novo compromisso deverá ser mais vinculante, caso contrário não haverá avanço nas questões ambientais”, destacou Nelson Reis.

Guilherme Abati, Agência Indusnet Fiesp

Limitação de gases de efeito estufa deve ocorrer sem prejuízos para a economia

Luiz Gylvan Meira Filho, pesquisador do IEA-USP, aponta que, com a limitação na emissão de gases de efeito estufa, a temperatura global não deverá aumentar mais de 2°C até 2100

Desde 1860, há aumento da temperatura global e isso não é explicado sem a constatação de que há participação humana no processo. A opinião é do pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), Luiz Gylvan Meira Filho. Para Meira Filho, doutor em Astrogeofísica pela Universidade do Colorado, nos Estados Unidos, o controle do aumento da temperatura do planeta dependerá inteiramente das ações humanas a serem desenvolvidas pelos governos e entidades civis.

Caminho possível

Segundo o especialista, o futuro clima da Terra depende de o ser humano decidir qual será a quantidade de emissões no amanhã, variável que dependerá do consumo e da natureza da matriz energética. Filho acredita que o cenário mais provável é aquele em que haverá limitação de emissões de gases de efeito estufa. “Limitar as emissões é uma alternativa considerada segura pelos participantes da Convenção do Clima de Copenhague, realizada em 2009”, observou. Com a limitação estipulada para as emissões, a temperatura, segundo o especialista, não deverá aumentar mais de 2°C até 2100.

Há uma questão importante, na visão de Meira Filho, quando se fala em limitação ou diminuição de emissões de gases que contribuem para a mudança climática. “Para que haja redução é preciso haver coordenação de ações para que não ocorram prejuízos para a economia global”, alerta.

Para o presidente do Conselho Superior de Estudos Avançados (Consea) da Fiesp, Ruy Martins Altenfelder Silva, que também participou do evento, a importância do debate em torno de questões relacionadas às mudanças climáticas é enorme. “Não devemos nos deixar incomodar com as verdades inconvenientes relacionadas ao clima. Devemos enfrentá-las”, afirmou.

Guilherme Abati, Agência Indusnet Fiesp

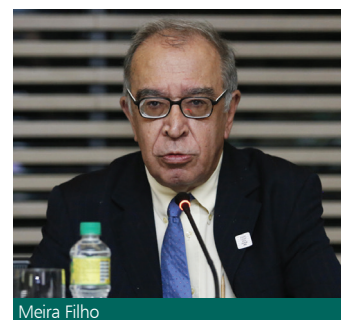


Foto: Tânia Waqued/Fiesp

Meira Filho

Brasil reduziu fortemente o desmatamento na Amazônia

O secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Carlos Augusto Klink, afirma que, de 2004 a 2010, o desmatamento na Amazônia foi reduzido de 30 mil para 6,4 mil km²



Foto: Tânia Waqued/Fiesp

Klink quer um setor privado mais atuante, com ganhos de eficiência e inovação

prática está desaparecendo deste país”, observou. A redução, segundo ele, significa poupar o que o Reino Unido produz em emissão de gases de efeito estufa durante um ano.

Klink destacou, durante a apresentação, as recentes ações da secretaria. “O Ministério do Meio Ambiente está realizando um planejamento estratégico, com estruturação de políticas públicas, algo que não havia sido feito antes”. Klink cobrou do setor privado ações mais eficientes para a redução de

emissões de gases poluentes. “Precisamos de um setor privado mais atuante, caminhando na direção de uma solução, com ganhos de eficiência e inovação”. O secretário ressaltou a necessidade de as indústrias entenderem como as mudanças climáticas irão afetar seus negócios.

Iniciativa privada

O diretor de Desenvolvimento Sustentável da Braskem, Jorge Soto, falou sobre as possibilidades de atuação de empresas privadas no combate às mudanças climáticas. Para ele, o setor empresarial precisa se colocar como parte das soluções, seja na mitigação ou na adaptação às mudanças climáticas. “A iniciativa privada precisa se colocar voluntariamente, mantendo compromisso abrangente e funcionando em cadeia”. Soto ressaltou a necessidade de atuações transparentes e proativas, apoiando e influenciando o posicionamento governamental.

De acordo com Soto, a indústria química brasileira é exemplo de setor que enfrenta os problemas ambientais com bons resultados no curto prazo, como a redução, desde 2005, de mais de 50% na emissão de gases de efeito estufa.

Guilherme Abati, Agência Indusnet Fiesp

16ª Semana do Meio Ambiente

Indústria precisa ampliar a divulgação de ações sustentáveis

Especialistas, empresários e jornalistas avaliaram o papel da indústria na disseminação das informações sobre projetos e ações sustentáveis

A presença da temática ambiental na grande mídia esteve em debate na 16ª Semana de Meio Ambiente. No painel “Meio Ambiente e Comunicação da Indústria”, palestrantes e debatedores foram unânimes em afirmar que a indústria precisa intensificar seus esforços em comunicar mais e melhor suas ações sustentáveis, desmistificando a antiga e equivocada imagem de que o setor produtivo é destruidor do meio ambiente.



Mario Hirose ressaltou que a Fiesp valoriza as boas práticas ambientais na indústria

criação do DMA é anterior à da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)”. Hirose destacou que a Fiesp vem valorizando e destacando nos últimos 20 anos as boas práticas ambientais da indústria, por meio do Prêmio de Mérito Ambiental, que chegou este ano à 20ª edição.

Walter Lazzarini Filho, presidente do Conselho do Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, lamentou o fato de a grande mídia privilegiar a divulgação de notícias negativas, em detrimento a notícias de fatos edificantes e inspiradores. Um exemplo claro disso, segundo ele, é a própria repercussão do Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental. “Embora haja uma divulgação boa do ponto de vista interno, há uma divulgação muito pobre da grande imprensa, que, de maneira geral, sempre noticia algum fato negativo que seria provocado pela indústria”, afirmou.

Lazzarini também criticou o enfoque exclusivamente momentâneo dado a notícias, especialmente na era atual, de total confluência de mídias, com disseminação rápida e quase instantânea das informações. Ele lembrou que o escritor e poeta Jorge Luis Borges costumava dizer que, para a imprensa, o agora é o ápice do tempo. “É o que vemos hoje. O que vale é o momento. E o pior: só aquele momento em que se divulga a notícia, sem a preocupação de quais são as causas e consequências”. Citando o exemplo da cadeia produtiva da construção civil, muitas vezes criticada pela geração de resíduos sólidos, Lazzarini afirmou que é preciso divulgar também o que se tem feito de inovador no setor, tanto na reciclagem desses resíduos como nas tecnologias ambientais aplicadas, altamente sustentáveis.

Espaço na TV aberta

O jornalista Figueiredo Junior, que apresenta o programa FJR Sustentabilidade na Mix TV e é locutor na Rádio Iguatemi, destacou o pouco interesse da grande imprensa na temática ambiental. “A imprensa não gosta de falar sobre meio ambiente. Se tiver nove atitudes do bem pra falar aqui e cair um avião na Avenida Paulista tenho a certeza de que o espaço vai ser da tragédia. É o efeito aqui agora”.

Segundo Figueiredo, o espaço dedicado a programas voltados à sustentabilidade e ao meio ambiente na televisão aberta brasileira é pequeno. “É muito pouco perto do que eu tenho observado, nos últimos três anos, em relação ao que a indústria tem feito”. Ele disse ter ficado impressionado ao conhecer o trabalho de reúso de água em uma indústria paulista e decidiu visitar outras empresas. “De cada 20 indústrias que visitei, 18 tinham programas de reúso. Eu sinto que chegou a hora de a indústria ter um programa próprio para divulgar o que tem feito”.



Biagi Filho: “Os empresários de usinas nunca acreditaram em comunicação”

Bons exemplos setoriais

Para o empresário do setor do agronegócio, Maurílio Biagi Filho, presidente da Agrishow e membro do Cosema da Fiesp, a falta de investimentos em comunicação por parte das empresas contribui para a distorção das informações. “Os empresários de usinas nunca acreditaram em comunicação, acham que isso é despesa e não investimento. Por isso deu no que deu”.

Comentando números sobre áreas de proteção ambiental de outros países, Biagi Filho citou a atuação do setor sucroalcooleiro. “A cana-de-açúcar recicla anualmente cerca de 200 toneladas de carbono por hectare, que são retirados da atmosfera como CO₂ durante o crescimento e o cultivo. Nenhuma vegetação nativa apresenta tal produtividade. A cana é cortada, o bagaço é queimado e o etanol é usado nos veículos. Esse carbono acumulado retorna à atmosfera na forma de gás carbônico, mas será retirado com o novo ciclo de crescimento da cana. O balanço anual desse ciclo será zero. Por isso, o etanol é um combustível renovável”, ressaltou.

Biagi Filho destacou que a inovação e o empreendedorismo voltados aos resíduos da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e a gradual mecanização das lavouras estão contribuindo ainda mais para a proteção do meio ambiente e da qualidade do ar.

Incompreensão

O gerente de Sustentabilidade da Votorantim Industrial, David Conassa, apontou que um grave problema em termos de comunicação ambiental decorre da não compreensão dos conceitos dentro da própria empresa. “O Brasil tem uma das leis ambientais mais rigorosas do planeta, o que levou a indústria nacional a um patamar de excelência muito diferenciado em relação aos concorrentes internacionais. E as pessoas não sabem disso”, afirmou.

Conassa sugeriu que os empresários divulguem de forma direta e com linguagem simples o que suas empresas estão fazendo. “Precisamos nos comunicar melhor e mostrar essas coisas para a população. A indústria tem de ter orgulho do que faz”.

A especialista Laura Maria Regina Tetti, membro do Cosema/Fiesp, que moderou os debates, deu exemplos de divulgações equivocadas veiculadas na mídia, tanto pela falta de uma apuração mais aprofundada por parte dos jornalistas como por decisões editoriais das emissoras de TV. Segundo ela, que foi consultora na área ambiental em uma emissora de televisão, uma reportagem, muitas vezes, é mutilada devido à falta de tempo e espaço na programação, comprometendo seriamente a qualidade e a veracidade da informação. “Nesse sentido, eu concordo com o Figueiredo Junior. É importante a indústria ter um espaço próprio para fazer a sua pauta e, dessa forma, também pautar a grande mídia”, afirmou.

Dulce Moraes, Agência Indusnet Fiesp

16ª Semana do Meio Ambiente

Sinditêxtil e Abihpec apresentam projetos de reciclagem de materiais

Os projetos das entidades estimulam o reaproveitamento de resíduos têxteis e de resíduos sólidos urbanos

Em 2012, o Brasil importou US\$ 11 milhões FOB em retalhos têxteis. Caso houvesse qualificação e investimento por parte das indústrias têxteis do País em plantas de coleta desses retalhos, essa fatia de importados seria significativamente reduzida e absorvida pela produção local, observou Mariana Correa do Amaral, do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo (Sinditêxtil-SP). “Quando está no lixo, sujo e estourado, o material não tem valor comercial nenhum. Mas se as confecções souberem separar esse material, elas podem lucrar com isso”, afirmou.

Mariana apresentou o projeto “Retalho Fashion”, programa do Sinditêxtil de incentivo à coleta dos resíduos têxteis descartados em dois bairros tradicionais de vestuário em São Paulo: Bom Retiro e Brás. “Estamos na fase de implantação do projeto. Já foi feito diagnóstico, mobilização das empresas e levantamento da infraestrutura necessária para instalar as plantas de coleta”, disse Mariana.

Ela explicou que, para cada tipo de tecido encontrado no resíduo têxtil, há um segmento da indústria adequado para o consumo. “O jeans, por exemplo, pode ser destinado à indústria automobilística, malhas 100% algodão podem ser usadas para a fabricação de fios e barbantes e tecidos sortidos são bons para a indústria de manta de acústica”, afirmou. Somente no Bom Retiro existem mais de 1,7 mil empresas têxteis, das quais aproximadamente mil são geradoras de retalhos. No Brás, o número aumenta para 4 mil empresas do setor, das quais 2,5 mil são geradoras de retalhos.

A intenção do programa “Retalho Fashion” é separar 20 toneladas de retalhos por dia em um galpão na zona norte da capital paulista.

“O Sinditêxtil tem um banco de dados e já foram feitos 200 atendimentos entre empresas que querem doar e empresas que querem comprar os resíduos têxteis”, contou.

Em busca de soluções

A diretora de Meio Ambiente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), Rose Hernandez, apresentou o programa “Dê a Mão Para o Futuro”, desenvolvido pela entidade e lançado em 2013 no município de Rio Claro. Em parceria com cooperativas de catadores de materiais recicláveis, o projeto oferece soluções técnicas, ambientais, econômicas e socialmente adequadas para a gestão de resíduos sólidos urbanos.

“O programa gera renda e possibilidade de melhoria da qualidade de vida dos catadores. Temos priorizado assinatura com municípios que tenham uma política nessa área ou termos de compromisso com o estado”, observou Rose.

Alice Assunção, Agência Indusnet Fiesp



Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Mariana destacou que retalhos reaproveitados podem ser muito úteis à indústria

Alunos do Sesi têm participação ativa na Semana do Meio Ambiente da Fiesp



Cerca de 2.600 alunos do Sesi-SP participaram da 16ª Semana do Meio Ambiente

Desenhos, vídeos, curtas-metragem, gravuras, colagem, quadrinhos e até apresentações de robótica produzidos por alunos do Serviço Social da Indústria de São Paulo (Sesi-SP) animaram a 16ª Semana do Meio Ambiente

da Fiesp e mostraram a preocupação da nova geração com a sustentabilidade e a preservação do planeta. As atividades, promovidas pelo Sesi-SP, atraíram à sede da Fiesp cerca de 2.600 alunos de 174 escolas da instituição.

Os vídeos, quadrinhos e desenhos, bem como os filmes de curta-metragem, tiveram o meio ambiente como tema central. Os 250 trabalhos de gravura e de colagem foram expostos no Espaço Fiesp. Os visitantes também puderam assistir a 80 vídeos de curta metragem produzidos pelos alunos. Outra atividade que despertou grande interesse foi a apresentação de equipes de robótica compostas por alunos do Sesi-SP, que desenvolveram o tema “fúrias da natureza”.

Alunos do Senai-SP expõem projetos sustentáveis na Semana do Meio Ambiente

A redução de resíduos e a otimização de processos industriais foram o foco dos trabalhos expostos

A Ecolixeira de resíduos têxteis, um dos projetos expostos, foi desenvolvida com o objetivo de reciclar os resíduos sólidos da indústria têxtil. A ideia foi apresentada na última edição do Inova Senai, feira tecnológica que, em setembro de 2013, reuniu 80 trabalhos desenvolvidos por alunos do Senai-SP no Pavilhão de Exposições do Anhembi. A proposta do projeto é reduzir o impacto ambiental pelo aproveitamento de matérias-primas da indústria têxtil e de confecções. “A Eco Lixeira aumenta o ciclo de vida dos produtos, já que ela mesma pode ser reciclada e reaproveitada”, destacou Alexandre de Caprio Ferreira, professor do curso superior e da pós-graduação da Faculdade Senai Antoine Skaf.

Regador sustentável e campanha sem fio

Outro destaque da mostra é um compósito de manta têxtil que transforma resíduos em um material que mantém as plantas úmidas por mais tempo, reduzindo a necessidade de regá-las com frequência, além de evitar o acúmulo de água nos vasos, evitando os riscos de proliferação do *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da dengue.

Os alunos do Senai-SP também idealizaram uma campanha para ônibus sem fio. Quando o botão é pressionado, o sistema aciona um chip que emite som e acende uma luz no painel do motorista, indicando que o passageiro solicitou a parada. As principais vantagens do experimento são a economia na utilização de fios de cobre, maior segurança e menor tempo para a montagem do sistema, que é reduzido em 95%.

Fernanda Barreira, Agência Indusnet Fiesp

Arte e consciência

Parceria entre o Serviço Social da Indústria de São Paulo (Sesi-SP) e o Senai-SP, o Sustent'ARTE é um projeto que incentiva a produção de 15 produtos utilitários e de mobiliário – petisqueira, mesa de centro e lavabo, entre outras peças – com cacos de cerâmica para mosaico. Os principais objetivos são ampliar o reaproveitamento de materiais descartados e transmitir esses ensinamentos para a população. Projetados por alunos do Senai-SP, os produtos são apresentados para moradores de comunidades carentes, que aprendem a fabricá-los.

16ª Semana do Meio Ambiente

Duratex e Amidoeste vencem o Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental

Premiação criada pela Fiesp tem como objetivos reconhecer as boas práticas do setor industrial na área ambiental e transformá-las em *benchmark*

Com o objetivo de incentivar as boas práticas ambientais na indústria, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) promove, há duas décadas, o Prêmio de Mérito Ambiental. As empresas vencedoras este ano foram a Duratex, na categoria médio e grande porte, e a Amidoeste, na de micro e pequeno porte. A solenidade de entrega da premiação ocorreu no dia 2 de junho, na sede da Fiesp.

O vice-presidente e diretor titular do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, destacou a história de 20 anos e os objetivos da iniciativa. “O Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental tem crescido em número de participantes, o que é muito importante. A ideia do prêmio, além de reconhecer as práticas, é transformá-las em *benchmark* para que todo universo industrial aproveite essas boas iniciativas e as incorpore em seus processos”.



Alan Pereira dos Santos e Roberto Rossi, da Deca, com Nelson Pereira dos Reis (no centro), vice-presidente e diretor titular do DMA da Fiesp

entes da galvanoplastia, um resíduo considerado perigoso, e promoveu o reaproveitamento de gesso. Dessa forma, um grande volume de resíduos deixou de ser enviado a aterros sanitários ou para outra destinação que não promova a melhoria da qualidade ambiental.

Representando a Deca, receberam o prêmio Alan Pereira dos Santos, gerente de fábricas - Louças, e Roberto Rossi, gerente de fábricas - Metais. “O assunto sustentabilidade hoje é algo que permeia toda a organização, do presidente a todas as equipes de produção”, afirmou Santos.

O projeto vencedor da Duratex foi implantado na área de gestão de resíduos nas unidades Deca de metais e louças. A empresa deu tratamento adequado ao óxido de zinco, à areia de fundição e à areia de macho, além dos cavacos e da sucata metálica.

A Deca também fez o aproveitamento do lodo da estação de tratamento de eflu-

Biogás

Atuando no ramo de derivados de mandioca, a empresa Amidoeste, da cidade de Tarabai, no interior paulista, apresentou o projeto de biogás como energia alternativa no processo agroindustrial. Foram considerados os aspectos de redução dos impactos ambientais

por meio da emissão do gás metano (CH_4) originado do processo de fermentação de resíduos orgânicos na água residual da produção. Também foi considerada a reciclagem da água utilizada em todo o processo fabril, uma vez que nesse processo há a redução de Demanda Biológica de Oxigênio (DBO), possibilitando que a água seja reaproveitada.

A representante da Amidoeste, Renata Moleiro Fadel, deixou um alerta aos empresários. “Não foquem só na empresa e no lucro, façam projetos ambientais pensando realmente em proteger o meio ambiente. Pensando no futuro, pensando nos nossos filhos.”



Renata Fadel, da Amidoeste, comemora a conquista do Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental

A arte da metaciclagem

O artista G. Comini apresentou sua obra na cerimônia de entrega da premiação. Os 12 quadros expostos foram produzidos em uma técnica de microcolagem que utiliza resíduos de revistas, fôlderes e outras publicações gráficas. “Toda vez que as pessoas me dizem que eu fazia uma arte que reciclava, eu discordava. Mas hoje eu cheguei à conclusão de que é reciclagem sim, mas vai além. Por isso eu chamo de metaciclagem, que é transformar esses resíduos sólidos por meio da arte, dando a eles uma alma e uma transcendência”.

Ariett Gouveia, Agência Indusnet Fiesp

Menções honrosas

Os projetos das seguintes empresas receberam menção honrosa no Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental:

Categoria médio e grande porte

AES Tietê

Projeto Créditos de Carbono provenientes de áreas restauradas no entorno dos reservatórios da AES Tietê.

Johnson & Johnson

Projeto Johnson & Johnson Sustentável, que promove iniciativas para otimizar o uso de recursos naturais e a redução de resíduos, do consumo de energia elétrica e da degradação ambiental.

Honda Automóveis do Brasil

Projeto Redução da Geração de Resíduos, que contempla diminuição da umidade da borra de tinta, reciclagem da areia de fundição, reciclagem de chapas de raio-X e campanha de conscientização sobre desperdício.

Essencis Soluções Ambientais

Programa de Ecoeficiência Ambiental e de Processos, criado com o objetivo de estabelecer metodologia para minimizar e compensar os impactos ambientais causados em operações industriais e ambientais.

Categoria Micro e Pequeno Porte

Apoioware Comércio de Equipamentos e Consultoria em Informática

Projeto de postes autônomos eólicos-solares, que possibilita a iluminação de áreas externas, tanto públicas como privadas, alimentando também áreas internas e residências.

Metalúrgica Inca

Projeto Multiplicadores Ambientais, que conscientizou aproximadamente 15 mil pessoas com idades a partir dos quatro anos por meio de palestras em escolas, além da formatação do Informativo Inca com matérias, dicas e sugestões de consumo racional dos bens naturais.

Ambiental MS Projetos

Apresentação da tecnologia utilizada na construção da nova sede da Metalsinter. Desde a concepção, escolha do local e acabamento, foram reduzidos os impactos ambientais a partir de medidas como o uso de estrutura à base de pré-moldado, que dispensou a utilização de madeiras.

16ª Semana do Meio Ambiente

Biotecnologia e soluções inovadoras para cidades inteligentes são debatidas em seminário na Fiesp

Possibilidade de parcerias na área tecnológica com empresas holandesas foi o enfoque do seminário “Tecnologias & Soluções Inovadoras para Cidades Inteligentes”, realizado no dia 5 de junho, na Fiesp



Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Nelson Vieira Barreira, diretor do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, na abertura do seminário “Tecnologias & Soluções Inovadoras para Cidades Inteligentes”

Eduardo Giacomazzi, coordenador adjunto do Comitê da Cadeia Produtiva da Bioindústria e Biotecnologia (Bio Brasil/Combio) da Fiesp, destacou a honra de realizar esse evento no Dia do Meio Ambiente e com parceiros holandeses. Giacomazzi, que apresentou um panorama da biotecnologia no Brasil, lembrou que, desde 2006, a Holanda vem estabelecendo constantemente parcerias e realizando eventos com a Fiesp, entre eles, a vinda do Rei da Holanda, em 2012, momento que coincidiu com a própria criação do Bio Brasil/Combio da Fiesp.

“O Comitê da Bioindústria representa empresas de diversos setores na área da saúde humana, como cosméticos e setor farmacêutico, saúde animal, agricultura, energia, meio ambiente (serviços e insumos) e na área de defesa. Essa ação multissetorial tem sido fundamental para mostrar à indústria que biotecnologia e bioindústria não significam um setor, mas uma ação coordenada entre setores. Por isso, ela precisa, necessariamente, ser multidisciplinar”.

Giacomazzi ressaltou que o Brasil vem trabalhando sua base biotecnológica desde 1887, quando foi criado o Instituto Agrônomo de Campinas, que trouxe a base de desenvolvimento de todas as novas espécies de cana-de-açúcar, algodão e café produzidas no País. Ele fez questão de desmistificar a crença de alguns países estrangeiros de que a larga produção agrícola do Brasil provoca o desmatamento da Amazônia. Giacomazzi mostrou que as produções de cana-de-açúcar se concentram principalmente na região Sudeste do País, bem distante da região amazônica. “O Sudeste representa 90% da produção de

cana e 10% estão na região Nordeste. O Brasil está muito consciente em relação à expansão da sua fronteira agrícola, sem desmatar a floresta amazônica”. Ele destacou que 64% das florestas brasileiras estão preservadas, 30% são utilizados para produção agrícola, onde há 1% da produção da cana-de-açúcar, e 0,4% dessa cana vai virar etanol”.

Liderança paulista

Segundo Giacomazzi, o Estado de São Paulo concentra 40% das empresas de biotecnologia, que, somadas às dos estados de Minas Gerais e Rio Grande Sul, representam 80% das empresas de biotecnologia do Brasil. “A liderança paulista é bem percebida, o que representa uma responsabilidade ainda maior da Fiesp em liderar esse processo”, afirmou.

Giacomazzi destacou uma preocupação das indústrias em torno da nova Lei da Biodiversidade, que deve ser votada em agosto. “O resultado dessa lei terá impacto direto no desenvolvimento da bioindústria no Brasil, pois a lei atual não incentiva, mas pune as empresas”, ressaltou. O coordenador do Combio destacou as diversas parcerias internacionais que a Fiesp vem realizando, inclusive com a Holanda, e enfatizou a necessidade de se pensar, tanto na economia como nas cidades, dentro de um conceito circular e sustentável. Ele ressaltou que a interação com parceiros holandeses busca a

realização de programas conjuntos que sejam específicos para atender a realidade do País. “Aqui já começa essa primeira sinergia para descobrir como vamos transformar o que é linear em circular, fechando o ciclo de água, energia, nutrientes. E quando estamos falando de economia circular estamos falando de novos materiais, de arquitetura e de novos modelos construtivos para as cidades”, afirmou. Refletindo sobre o futuro, Giacomazzi, acredita que a economia criativa, que vem da educação para essa nova economia, ainda está por vir. “Vamos precisar pensar, em relação a essa nova realidade, como vamos fazer o gerenciamento das nossas águas e como tratar da nossa saúde. Significa que vamos precisar pensar também em energia, agricultura e novas formas de economia”.

Dulce Moraes, Agência Indusnet



Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Eduardo Giacomazzi

Consul Geral da Holanda elogia parceria com a Fiesp



Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Consul Geral da Holanda, Jan Schouten

O Consul Geral do Reino dos Países Baixos, Jan Gijs Schouten, classificou a Fiesp como fiel parceira de seu país em São Paulo ao participar do seminário que debateu as tecnologias e soluções inovadoras para cidades inteligentes. “Hoje estamos aqui para apresentar as melhores empresas da Holanda na área de biotecnologia e soluções inovadoras para cidades criativas. E o que eu posso dizer é que não é a última vez que o Consulado Geral e a Fiesp irão trabalhar em conjunto”, afirmou. “Esse evento tem grande importância não só pelo momento tecnológico vivido pela biotecnologia, mas também pela presença do Cônsul Geral da Holanda, Jan Gijs Schouten, que tem dado uma grande colaboração a essa casa”, destacou Nelson Vieira Barreira, diretor titular adjunto do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, na abertura do seminário.

16ª Semana do Meio Ambiente

Holanda destaca oportunidades de parcerias com o Brasil

Especialistas holandeses ressaltaram no seminário “Tecnologias & Soluções Inovadoras para Cidades Inteligentes” as vantagens dos investimentos e colaborações para a implantação de projetos sustentáveis entre as duas nações

Foto: Tâmara Waqued/Fiesp



Leeftink considera necessária uma reprogramação dos centros urbanos para melhorar a qualidade de vida

O atual panorama na Holanda em inovação e projetos sustentáveis foi apresentado pelo diretor-geral de Empresas e Inovação do Ministério de Assuntos Econômicos da Holanda, Bertholt Loeffink. Para ele, as oportunidades entre os dois países são inúmeras, já que 75% da população global residirá em centros urbanos até 2050. Para atender à demanda futura, Loeffink acredita que será necessária uma reprogramação dos principais centros urbanos do mundo. “Para a qualidade de vida dos habitantes desses centros cada vez mais complexos, precisaremos de soluções holísticas, com envolvimento de muitas áreas do conhecimento, de nações e centros de pesquisas internacionais”, afirmou.

Leeftink falou também sobre os atuais projetos holandeses em energia. Ele observou que o panorama energético atual do planeta passa por uma série de mudanças importantes, com o consumo aumentando drasticamente. Uma das opções encontradas pela Holanda é a ligação entre redes baseadas em energia solar com as redes inteligentes (smart grids). Segundo o diretor, a Holanda possui *know-how* na questão e pode ajudar na criação de soluções semelhantes no Brasil.

Outro tema abordado por Loeffink foi a chamada bioeconomia, uma economia sustentável, reunindo todos os setores que utilizam recursos biológicos. Para ele, o Brasil pretende se tornar um país, até 2030, de matriz energética baseada em recursos biológicos. “A Holanda quer ser parceira para o desenvolvimento da atividade no Brasil”, afirmou. A Holanda possui três indústrias líderes em qualidade no mundo que operam em setores ligados à bioeconomia, segundo o diretor. “O Brasil já possui ótimos resultados na área de bioeconomia, mas, para atingir o objetivo estipulado pelo governo, muito ainda precisa ser feito e a Holanda pode ser parceria para que isso aconteça”, ressaltou.

Inovação

Markus Leuenberger, diretor de Desenvolvimento de Negócios do Instituto Holandês de Energia, destacou as qualidades das cidades inteligentes, que, segundo ele, representam uma saída para os atuais pro-

blemas urbanos. Para Leuenberger, inovação é a palavra base para a mudança do paradigma urbano, principalmente em cidades como São Paulo. “A inovação opera através da colaboração entre indústrias, governos e institutos de pesquisa”, ressaltou. Leuenberger explicou como os holandeses trabalham com projetos de cidades inteligentes.

“Desenvolvemos políticas públicas para o governo holandês, com visão de longo prazo, implantando programas nacionais e operando com unidades técnicas com energia solar, eólica e de biomassa.”

Processos holandeses

Tatjana Komissarova, do Instituto Holandês de Energia, apresentou alguns projetos, entre eles, a torrefação, processo através do qual há transferência de biomassa para propriedades próximas àquelas encontradas no carvão vegetal. A tecnologia produzida na Holanda já está sendo comercializada e, para Tatjana, deveria ser objeto de atenção dos brasileiros. Além da torrefação, ela citou outras tecnologias, como a *torwasch* (um tratamento especial para a biomassa contaminada) e a gaseificação termal (um método de conversão de biomassa e resíduos de carvão em gás de alto valor energético).

Kees Kwant, da Netherlands Enterprising Agency, ressaltou a necessidade de ações em bioeconomia. “Temos que utilizar biorrecursos que resultem em ganhos econômicos, com proteção ambiental e crescimento do bem-estar social”.

Guilherme Abati, Agência Indusnet Fiesp



Tatjana detalhou projetos desenvolvidos pelo Instituto Holandês de Energia

Foto: Tâmara Waqued/Fiesp



Kwant: mais ações em bioeconomia

Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Bolsa de Resíduos

TIPO	NOME	QTDE	PREÇO	DATA
Madeira/Mobiliário				
Oferta	Madeira	23 t/outra	US\$ 1.00/t	25/2
Tintas/Cera				
Oferta	Lodo ETE com tinta	20kg/mês	A negociar	7/4
Metal/Metalúrgico				
Oferta	Escória de Soldagem - Fluxo - Borra	8 t/ano	Doação	24/4
Plástico				
Oferta	Borra de PET	25 t/mês	Doação	24/4
Solventes				
Procura	QAV1, thinner contaminado, acetato de etila	50t/espórídico	a negociar	20/5

16ª Semana do Meio Ambiente

Empresas holandesas apresentam soluções sustentáveis para indústrias

Experiências em processos de tratamento de efluentes e de resíduos, bem como em gestão de água e energia, foram mostradas no seminário “Tecnologia & Soluções Inovadoras para Cidades Inteligentes”

“É possível converter água desperdiçada em energia e fertilizante.” A afirmação foi feita por Sérgio Cruz, da empresa holandesa Paques, que atua na área de efluentes biológicos e tratamento de gás. Cruz falou sobre o processo de geração de recursos de efluentes por biotecnologia, citando exemplos práticos de empresas no Brasil e no exterior que já utilizam o processo de tratamento anaeróbico. “Uma cervejaria que produz 1 milhão de litros por dia pode produzir 3 mil metros cúbicos de biogás por dia”, disse.



Cruz ressaltou que é possível converter água desperdiçada em energia e fertilizante

transporte e eliminação da contaminação de água e do solo. “A vinhaça é uma substância que pode criar problemas, mas já existem tecnologias para utilizar esse resíduo na cogeração de energia renovável e neutralizar o impacto ambiental”, afirmou.

O gerente de estratégias da Waternet, companhia de águas de Amsterdã, André Stuker, acredita que a solução para o setor de águas

Sobre o resíduo de cana-de-açúcar, Gerben Timmer, diretor de vendas da NEM Energy, mostrou que é possível, por meio do tratamento da vinhaça, produzir energia renovável, com a diminuição dos custos de



Para Stuker, busca de soluções para a água e resíduos exige trabalho conjunto

e resíduos sólidos nas cidades depende do trabalho conjunto de todos os interessados. “Em Amsterdã, a Prefeitura colocou algumas metas, como chegar ao ano de 2040 sem desperdício de recursos naturais. Mas não dá para fazer isso sozinho, é preciso integrar empresas, governos e sociedade. Espero que a nossa experiência inspire vocês”, ressaltou.

Marjolein Brasz, gerente da unidade de negócios de bioenergia da Ecofys, apresentou ideias para a gestão de energia. “Podemos integrar, por meio da tecnologia, os sistemas de energia de diversas fontes para dar flexibilidade ao uso e influenciar o tipo de energia que será utilizado em cada situação”, sugeriu Marjolein.

Ariett Gouveia, Agência Indusnet Fiesp

Especialistas destacam os desafios para cidades inteligentes

Dirigentes de empresas e professores de universidades da Holanda apontaram a necessidade de inovação no tratamento de resíduos sólidos, o abastecimento de água e a distribuição e consumo de energia como grandes desafios para cidades sustentáveis



Keesman: foco no tratamento de resíduos sólidos nas chamadas cidades inteligentes

dos projetos desenvolvidos pela universidade e estudos que estão sendo realizados sobre reúso e abastecimento de resíduos líquidos. O professor destacou ainda a relevância da utilização de uma rede de informação integrada nas cidades, para que esta gere melhorias e ganhos na redução do consumo de água e de energia.

O professor da Universidade de Twente e diretor executivo da IGS, Sjoerd van Tongeren, destacou os principais desafios que as mudanças climáticas representam para as cidades inteligentes. Tongeren também falou sobre consumo de energia, projetos de transferência energética, redes (smart grids) e cidades inteligentes. “A abordagem na construção

O professor adjunto da Universidade de Wageningen, na Holanda, Karol Keesman, sublinhou, no seminário, a necessidade de inovação no tratamento de resíduos sólidos em cidades inteligentes. Keesman apresentou alguns

de uma cidade inteligente é multidisciplinar, envolve ciências sociais, engenharia, psicologia e tecnologia de ponta”, disse.

Maurice Geraets, vice-presidente de Novos Negócios da NXP, destacou as atividades que a multinacional holandesa desenvolve na área de semicondutores e soluções seguras para aplicação em cidades inteligentes. Para Geraets, a distribuição de energia elétrica em cidades inteligentes do Brasil será um dos maiores desafios a serem enfrentados.

“Não se pensa na importância cada vez maior dos medidores de energia”, afirmou.

Durante o encontro também foi destacada a importância de projetos inovadores para o abastecimento de água e construção de localidades sustentáveis sem consumo de carbono.

Guilherme Abati, Agência Indusnet Fiesp



Tongeren: cidade inteligente é multidisciplinar

16ª Semana do Meio Ambiente

Educação ambiental é a chave para o desenvolvimento do País

Rosimeire Oliveira, professora do Senai-SP, criticou a falta de conscientização sobre o assunto no Brasil

A cultura de preservação e preocupação ambiental adquirida no ambiente de trabalho não é, muitas vezes, levada pelos funcionários ao ambiente externo, para a comunidade e a própria residência. A observação foi feita por Rosimeire Oliveira, professora do Senai-SP, durante debate sobre educação ambiental realizado durante a 16ª Semana do Meio Ambiente. “A questão da reciclagem na indústria é muito forte e até mais fácil de realizar do que na nossa própria casa, porque está tudo organizado e à mão”, ressaltou Rosimeire. Ela criticou a falta de conscientização sobre o tema e questionou se as pessoas fazem isso por ordem ou imposição da indústria, uma vez que em casa esse tipo de ação raramente ocorre. “Na indústria somos condicionados a não desperdiçar nada e em casa isto não acontece”, reiterou.

A professora destacou que a educação ambiental é a chave para o desenvolvimento de um país. “Não é possível realizar as oportunidades e condições de desenvolvimento se a população não tem um olhar adequado para o meio ambiente. Se esgotarmos os nossos recursos, não há mais nada que possamos fazer”, afirmou.

Consequências

Rosimeire apresentou alguns dos problemas recorrentes no que diz respeito ao meio ambiente e analisou as mudanças climáticas globais e consequências para a biodiversidade, como o aquecimento global. Foram expostas pesquisas, estudos e relatórios sobre o meio ambiente e os impactos de problemas ambientais no Brasil. A especialista no tema ressaltou que o crescimento urbano, por exemplo, é um forte agente de pressão para o desmatamento,



Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Rosimeire apontou diferenças entre o comportamento na indústria e em casa

além de promover o aumento da poluição doméstica, principalmente por conta da queima de combustíveis fósseis e da crescente demanda por energia.

A importância da reciclagem de eletrônicos descartados também foi colocada em pauta. Segundo Rosimeire, a maioria das pessoas não está informada e não sabe onde é possível descartar esses objetos, que podem causar um impacto ambiental muito grande caso não sejam depositados em locais adequados.

Amanda Viana, Agência Indusnet Fiesp

Processo de filtragem pode ser aplicado para água de reúso

A nova tecnologia reúne tratamento biológico e processo de ultrafiltração



Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Para Catino, processo é importante em locais onde há escassez de água

O professor de Processos Industriais e Gestão Ambiental da Escola do Senai-SP Mario Amato, de São Bernardo do Campo, e diretor técnico da empresa Poluição Zero, Rosvaldo Catino, detalhou, em palestra na Semana do Meio Ambiente da Fiesp, o processo Membrane Bioreactor (Mbr), um tratamento biológico associado ao processo de ultrafiltração. Entre as vantagens da utilização do método, ele apontou a redução da área de implantação do maquinário, a remoção de substâncias recalcitrantes e a retenção de moléculas poluentes e microrganismos.

“O Mbr, através de membranas de nanofiltração, retém a matéria sólida, retirando bactérias e microrganismos indesejados do recurso hídrico. É um dos projetos de maior destaque atualmente, pois remove materiais que outros processos não filtram”, explicou o especialista. “É um processo importante para o reúso de água, especialmente em locais onde há escassez do recurso. O processo terá papel fundamental para atender às demandas futuras por água”, afirmou.

Guilherme Abati, Agência Indusnet Fiesp

Responsabilidades dos consumidores estão sendo transferidas para a indústria

Professor do Senai-SP avalia que indústria tem sido responsabilizada por escolhas dos consumidores

O marketing ambiental é reflexo dos interesses comuns da indústria, do comércio, da sociedade e do meio ambiente, mas a indústria tem sido responsabilizada não só por suas ações, mas por decisões e escolhas pessoais dos consumidores. A afirmação foi feita pelo professor Euclides Alves Vital Junior, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo (Senai-SP), ao participar da 16ª Semana do Meio Ambiente da Fiesp. “Estão transferindo para a indústria responsabilidades que, de fato, são nossas responsabilidades pessoais”, alertou Vital.

O especialista ponderou, no entanto, que essa inversão de papéis começa a ser percebida na relação da indústria com entidades dedicadas à preservação ambiental. “Antes eles estavam em campo, do lado de fora da Fiesp, mas hoje sentam com a gente aqui dentro para discutir

soluções. Eles perceberam que a indústria também precisa existir”, afirmou. Na avaliação de Vital, o atual modelo de consumo ainda não prioriza a compatibilidade ecossistêmica entre produtor, consumidor e o meio ambiente.

Alice Assunção,
Agência Indusnet Fiesp



Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Vital Junior defende a compatibilidade ecossistêmica entre produtor, consumidor e meio ambiente

Equipe da Fiesp participa de reunião preparatória sobre a mudança do clima

Reunidos em Bonn, na Alemanha, países discutiram os pontos centrais para o novo acordo sobre o clima. A equipe técnica do Comitê de Mudança do Clima da Fiesp integrou a delegação brasileira

A Fiesp participa ativamente, desde 2009, das conferências da convenção-quadro da ONU sobre mudança do clima. Na reunião realizada, de 4 a 15 de junho, em Bonn, na Alemanha, houve pela primeira vez nas sessões dos órgãos subsidiários da Convenção uma reunião de nível ministerial (High Level Session), com o propósito de discutir os pontos centrais do novo acordo. A importância dessa reunião foi ressaltada pela presidente da Convenção, Christiana Figueres, para quem as conclusões do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) exigem ações concretas para manter o aumento da temperatura em, no máximo, 2°C. O novo acordo deverá entrar em vigor a partir de 2020 e exige o comprometimento de todos os países com ações ambiciosas de mitigação, bem como de adaptação, financiamento, tecnologia e capacitação. Os países devem fazer consultas internas e enviar as chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (Nationally Determined Contributions – NDCs) com compromissos concretos de médio e longo prazos rumo a uma economia de baixo carbono até julho de 2015.

Os principais tópicos abordados em Bonn dizem respeito à ratificação do segundo período de compromisso de redução de emissões do Protocolo de Quioto (2013-2020), assinado por apenas 10 dos 144 países envolvidos. Há o entendimento de que as conclusões dos

relatórios do IPCC influenciarão as discussões principalmente em torno dos requisitos para as NDCs que os países deverão elaborar até julho de 2015 e do incremento da ambição de todos os países quanto à redução de emissões até 2020 (o chamado período pré-2020).

Uma das avaliações possíveis é a de que os países desenvolvidos utilizem a obrigação de submeter as NDCs, válida para todos, a fim de minimizar a responsabilidade histórica pelas emissões e flexibilizar o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. No quadro-resumo é possível visualizar as principais posições que estão sendo debatidas em torno das negociações.

O Ministério de Relações Exteriores do Brasil deu início ao processo de consulta pública das NDCs que o País deverá enviar formalmente para a Convenção até julho de 2015. A partir de 2020, o Brasil possivelmente não poderá contabilizar mais a redução de emissões oriundas do desmatamento, entre 2010-2020, como ativo em termos de mitigação. Nesse sentido, a consulta pública tem alta relevância para que o governo brasileiro possa conhecer e avaliar a capacidade de suporte dos diversos setores nacionais e, assim, apresentar uma proposta de NDCs que atenda às necessidades de redução de gases de efeito estufa globalmente, sem comprometer o desenvolvimento econômico e social do País.

Quadro-resumo

Brasil

- A falta de ratificação do 2º período de Quioto mostra a falta de comprometimento dos países desenvolvidos e é urgente para permitir o corte de emissões no período pré-2020.
- As NDCs serão os compromissos dos países em desenvolvimento para o novo acordo; devem ser baseadas nos princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, que exigem diferenciação entre as ações dos países.
- Em termos de ambição pré-2020, o Brasil apresentará o Plano Nacional sobre Mudança do Clima atualizado; além disso, o País está fomentando o cancelamento de créditos MDL como forma de neutralizar as emissões de GEEs da Copa do Mundo.
- A implementação completa de REDD plus é essencial para atingir reduções elevadas de emissões no período pré-2020; o Brasil já reduziu em mais de 820 milhões de toneladas de CO₂ equivalente com base na redução do desmatamento.
- A responsabilidade histórica pelas emissões é um ponto importante e os países desenvolvidos não podem se eximir de tomar a liderança no combate às mudanças do clima.

EUA

- Eficiência energética e energias renováveis são essenciais para ambição pré-2020.
- Corte de subsídios para o setor de carvão como forma concreta de reduzir emissões.
- O acordo a ser aprovado na COP21 deve ser ambicioso, flexível e inclusivo, baseado nas contribuições nacionalmente determinadas.
- Adaptação e planejamento local são pontos fundamentais.
- Financiamento é crucial e deve ser promovido pelos setores público e privado.

China

- COP20 em Lima será fundamental para aprovar as bases do novo acordo.
- A ambição pré-2020 deve ser baseada na Convenção e no Protocolo de Quioto, não impondo novas obrigações aos países em desenvolvimento.
- Acelerar ambição exige financiamento público e privado: chegar aos USD 100 bilhões anuais a partir de 2020.
- O princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (PRCD), é um pilar do novo acordo, que deve envolver todos os países, mas ser liderado pelos países desenvolvidos.
- O acordo deve envolver todos os países, mas com ações ambiciosas de mitigação e adaptação diferenciadas.

União Europeia

- Ratificarão o 2º período de Quioto; regras de implementação precisam ser definidas na COP20 – Lima.
- Estão dispostos a uma meta mais ambiciosa, de até 40%, desde que todos os países assumam metas.
- As conclusões do IPCC mostram a necessidade de todos os países adotarem ações.
- Segurança energética, segurança alimentar, eficiência energética e energias renováveis são pontos fundamentais quando se trata de ambição pré-2020.
- Aumentar ambição para limitar o aumento da temperatura em, no máximo, 2°C é o objetivo maior, mas isso depende de todos os países, não apenas da UE.
- As Contribuições Nacionalmente Determinadas dos países serão fundamentais para alcançar o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (PRCD) e de equidade, refletindo as realidades de cada país.

Japão

- Eficiência energética e energia renováveis são essenciais para ambição pré-2020.
- Reduzir emissões dos gases hidrofluorcarbonetos (HFCs) é essencial.
- Adoção e transferência de tecnologias também desempenham papel crucial para reduzir emissões e permitir ações de adaptação.
- Papel do setor privado e da sociedade civil para combater as mudanças do clima.

Países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo

- A ratificação do 2º período de Quioto é primordial quando se trata de ambição de emissões no período pré-2020
- Os países desenvolvidos devem assumir a liderança de forma factível e prover financiamento para o Fundo Verde do Clima, chegando a USD 100 bilhões anuais até 2020.
- As conclusões do IPCC denotam a urgência em se adotar ações de mitigação e também de adaptação.
- Segurança alimentar é uma questão estratégica.
- As energias renováveis são um caminho para reduzir emissões.
- O acordo da COP21 deve respeitar os princípios da Convenção, ser inclusivo e flexível.

Notas informativas

Indústria de agrotóxico recolheu 290 mil toneladas de embalagens

Entre janeiro e abril, o Sistema Campo Limpo (logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas), formado por agricultores, fabricantes representados pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), canais de distribuição e com apoio do poder público, encaminhou para destino ambientalmente correto 14.630 toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas. O número alcançado representa um crescimento de 9% em relação a 2013. Desde a sua criação, em 2002, até abril deste ano, o Sistema alcançou a marca de 290 mil toneladas de embalagens retiradas do meio ambiente. Segundo o levantamento realizado pelo inpEV, ainda em comparação a 2013, 14 estados apresentaram crescimento na quantidade destinada. As maiores cargas saíram do Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que responderam por 76% do total retirado do campo no Brasil. Tocantins, Piauí e Pernambuco foram os estados que obtiveram maior crescimento porcentual na quantidade destinada.

Fonte: <http://www.investimentosenoticias.com.br>

Ibama apreende 12 toneladas de resíduos importados irregularmente

Policiais rodoviários e agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apreenderam uma carga de 12 toneladas de resíduos plásticos (PET), todos com rotulagem uruguaia, em rota desviada do posto da Polícia Rodoviária Federal na BR 293, em direção à cidade de Quaraí (RS). A empresa foi embargada devido à reincidência de importação ilegal de resíduos sólidos provenientes do Uruguai. Outra infração praticada pela empresa foi a importação de baterias automotivas usadas, resíduo perigoso e de importação proibida. Operações em conjunto com a PRF, PF e Receita Federal já resultaram na apreensão de cerca de 200 toneladas de resíduos plásticos e de 50 toneladas de sucatas de baterias na fronteira Brasil-Uruguai nos últimos dois anos.

Fonte: <http://www.ibama.gov.br>

Estado de São Paulo caminha para o cumprimento da PNRS

Pelo novo inventário da Cetesb, pode-se constatar que em dois anos o número de municípios paulistas com disposição final na condição de "Adequada" aumentou significativamente, saltando de 492, em 2011, para 613, até o final de 2013. Isso corresponde a nada menos que 95,5% dos 642 municípios que dispõem seus resíduos no Estado. Outro ponto relevante é o que se refere à evolução da quantidade de resíduos sólidos dispostos adequadamente, que passou de 84,7% do total gerado em 2011 para 97,9% em 2013.

Fonte: <http://www.cetesb.sp.gov.br>

Municípios alegam não ter condições para extinguir lixões e criar aterros

A lei 12.305/10, que definiu os parâmetros básicos para coleta, reciclagem, destinação do lixo e conservação ambiental, está prestes a completar quatro anos. A chamada Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela lei, também estabeleceu um prazo para a extinção dos lixões e a criação de aterros sanitários. O prazo é 2 de agosto deste ano, mas muitos municípios alegam não ter condições de cumprir as metas estabelecidas. A Frente Parlamentar Ambientalista não quer a prorrogação do prazo para os municípios se adequarem à lei. Caso não cumpram a regra, os municípios vão responder por crime ambiental. As multas previstas variam de R\$ 5 mil a R\$ 50 milhões. Segundo a Associação Nacional de Órgãos Municipais do Meio Ambiente, até agora apenas 10% dos quase 3 mil municípios com lixões conseguiram solucionar o problema. Isso ocorre, principalmente, por dificuldades financeiras, segundo o presidente da associação.

Fonte: <http://www.jb.com.br>

Consema estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental municipal

Com a publicação da Deliberação Normativa Consema nº 01/2014, foram estabelecidas as diretrizes para o licenciamento ambiental municipal de empreendimentos ou atividades de potencial impacto local.

Antes de ser dado início à solicitação de licença na Cetesb, é recomendável verificar os municípios que já estão aptos para exercer o licenciamento ambiental, bem como a classificação do impacto ambiental do empreendimento ou atividade que o município pode atender.

Caso o município esteja apto para realizar o licenciamento do empreendimento ou atividade, a solicitação de licença deverá ser obrigatoriamente protocolada no órgão ambiental municipal.

A relação dos municípios aptos a realizar o licenciamento ambiental pode ser consultada no link:

<http://www.ambiente.sp.gov.br/consema/licenciamento-ambiental-municipal/>

Licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental no âmbito da Cetesb

Em 28 de maio de 2014, foi publicada a Resolução SMA Nº 49/14, que dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento com avaliação de impacto ambiental no âmbito da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Cetesb. A nova resolução entrou em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário, em especial a Resolução SMA 54/04.

O texto da Resolução SMA 49/14 pode ser consultado em

<http://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/resolucoes-sma/resolucao-sma-49-2014/>

Mais informações sobre as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, incluindo orientações e listas básicas de documentos, estão disponíveis em

<http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/licenciamento-ambiental/1-pagina-inicial>

Conselho Superior de Meio Ambiente - Cosema

Sustentabilidade também depende de investimento em educação

Paulo Groke, diretor do Ecofuturo, afirma que a educação fundamental e a difusão do conhecimento beneficiam a preservação do meio ambiente

"A educação para sustentabilidade, que é o nosso mote, não é feita nas bases da conservação ambiental. Sem uma população capaz de interpretar as informações e se comunicar pela leitura e escrita, será difícil trilhar o caminho da sustentabilidade". A afirmação foi feita pelo engenheiro florestal e diretor do Instituto Ecofuturo, Paulo Groke, em palestra proferida na reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, realizada no dia 28 de maio.

Groke, que fez uma apresentação sobre a gestão das reservas florestais como estratégia socioambiental e valorização institucional, falou sobre a importância do investimento em educação para beneficiar o meio ambiente. Para ele, a sustentabilidade vai além da gestão de áreas ambientais e da conservação da diversidade, passando também pela educação fundamental e pela difusão do conhecimento.



Sustentabilidade e agronegócio foram temas abordados na reunião do Cosema

Mogi das Cruzes e Bertioga. Administrado e protegido pelo Ecofuturo, o projeto também é voltado para as comunidades locais, gerando renda. "Quando o proprietário rural do entorno e a comunidade local veem que podem ter algum lucro com a mata, ajudam mais eficazmente na sua conservação, o que cria uma malha de proteção", afirmou.

Groke defende que projetos de gestão de reservas trabalhem a favor da empresa. "O negócio pode casar totalmente com as questões de conservação da biodiversidade, que não são pontos excludentes", disse o engenheiro, que concluiu a palestra mostrando imagens do Rio Itatinga. "Um dia, eu vi esse rio barrento, mas hoje ele tem uma água de qualidade, fruto da estratégia chamada manejo florestal, que não tem segredo. Basta ter boa vontade e visão de futuro", ressaltou.

Agrishow

Na mesma reunião, o conselheiro Maurílio Biagi fez um breve balanço sobre a realização da Agrishow 2014, evento do qual é presidente. "O objetivo da Agrishow é aproximar o pequeno e médio agricultor de todo Brasil, para que eles possam ter contato com as novidades e saber o que as companhias de máquinas e implementos produzem, além de estimular a troca de experiências entre eles e também com o mundo científico", ressaltou. Biagi observou que as sugestões apresentadas na reunião do Cosema vão colaborar para fazer da Agrishow uma referência também na área ambiental.

Ariett Gouveia, Agência Indusnet Fiesp



Para Groke, sustentabilidade vai além das ações de conservação ambiental

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Parque das Neblinas

Um exemplo é o projeto Parque das Neblinas, uma área remanescente de Mata Atlântica localizada no limite dos municípios de

Casos de sucesso

Revitalamp - Revitalização de lâmpadas Empresa: GRI- Gerenciamento de Resíduos Industriais Ltda.

A GRI é uma empresa pertencente ao grupo Solví. Protagonista do desenvolvimento sustentável, a Solví atua nos segmentos de água, resíduos, saneamento e engenharia. Trabalhando com ética e preocupação constante com o meio ambiente, oferece serviços com qualidade, tecnologia e soluções inovadoras por meio de empresas do grupo.

Descrição das Medidas Adotadas

A Revitalamp é uma empresa criada pelo grupo Solví com tecnologia pioneira para o conserto de lâmpadas queimadas, fornecendo

serviço com benefícios ambientais e comerciais. A Revitalamp tem capacidade para revitalizar até 250 mil lâmpadas por mês.

Resultados Ambientais e Econômicos

O custo da revitalização de uma lâmpada é até 60% menor que o valor de uma lâmpada nova. O conserto de 100 mil lâmpadas poderia poupar grandes quantidades de matéria-prima e evitar que materiais tóxicos, como o pó fosfórico e o mercúrio, sejam dispostos inadequadamente no meio ambiente. Também são eliminados os custos com destinação de resíduos, uma vez que as lâmpadas queimadas retornam a vida útil.

Fóruns ambientais

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob)

A sustentabilidade econômica das entidades delegatárias foi o tema de reunião realizada em Brasília (DF) nos dias 6 e 7 de maio. Na reunião, acompanhada pelo DMA, a Agência Nacional de Águas (ANA) apresentou dados referentes à aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança do setor elétrico.

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

O Consema aprovou, em reunião realizada no dia 28 de maio, o parecer técnico CETESB/072/14/IE sobre a ampliação industrial e expansão agrícola (processo 41/2011) de responsabilidade da Abengoa Bioenergia Agroindústria Ltda. – Unidade São Luiz, em Pirassununga (SP). A reunião foi acompanhada pelo DMA.

Conselho de Recursos Hídricos (CRH)

Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob)

A análise da revisão do estudo de fundamentação para atualização dos valores dos preços unitários básicos das cobranças dos rios PCJ e da proposta de substitutivo de revisão da deliberação CRH nº 90/2008, encaminhada pelo Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas, foi realizada em reunião realizada em São Paulo (SP), no dia 13 de maio. O DMA esteve presente à reunião.

No dia 27 de maio, as propostas para a revisão da deliberação CRH 90, realizadas pela equipe da CT-Cob e por representantes do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas, foram apresentadas em reunião, também acompanhada pelo DMA, que ocorreu em São Paulo.

Câmara Ambiental da Indústria Paulista (Caip)

Em 20 de maio, o DMA organizou a primeira reunião plenária de 2014 da Caip. Na ocasião, foi apresentado aos membros dos sindicatos e associações da indústria os novos valores orientadores para a implantação do sistema de proteção da qualidade do solo e para o gerenciamento de áreas contaminadas e sugestões para elaboração de inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Audiência Pública

O DMA participou, no dia 7 de maio, de audiência pública realizada para debater o projeto de lei 219/2014, que dispõe em caráter específico e complementar sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA) das propriedades e imóveis rurais, no âmbito do Estado de São Paulo. O programa foi criado pela Lei Federal nº 140/11.

Padrões de potabilidade

O DMA coordenou reunião, realizada em 9 de maio, para discutir o processo de revisão da Portaria GM/MS nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011. A portaria dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. O prazo para contribuições foi encerrado no dia 31 de maio.

Biodiversidade

Em 29 de maio, o DMA realizou visita técnica ao viveiro de mudas da Fundação SOS Mata Atlântica com o objetivo de analisar os procedimentos a serem adotados em decorrência do protocolo de cooperação para recuperação ambiental assinada com a Fiesp, no dia

18 de março e que tem por objetivo auxiliar as empresas associadas aos sindicatos afiliados à Fiesp ou ao Ciesp a cumprir os Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental. Com o protocolo, as empresas que têm pendências em relação ao cumprimento da obrigação de promover a restauração de áreas com vegetação nativa da Mata Atlântica, decorrentes de processos de licenciamento ou de fiscalização no Estado de São Paulo, poderão obter toda a orientação necessária na Fundação SOS Pró-Mata Atlântica.

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Videoconferência - Rede de Resíduos

Em 15 de maio, o DMA participou da segunda reunião da rede de resíduos. Entre outros assuntos, foram debatidos a requalificação de resíduos, o posicionamento frente a projetos de lei sobre resíduos em discussão no Congresso Nacional e o posicionamento sobre resoluções Conama e projetos de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Câmara Técnica de Adaptação às Mudanças Climáticas

A participação da indústria na elaboração do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas foi debatida, no dia 23 de maio, em Brasília (DF), pela Câmara Técnica de Adaptação às Mudanças Climáticas, coordenada pela CNI. A reunião, a primeira realizada pela Câmara Técnica, contou com a participação de representantes das Redes Clima, Biodiversidade e Recursos Hídricos. O DMA esteve presente à reunião.

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP)

O DMA proferiu no Ciesp de Limeira (SP), em 8 de maio, palestra sobre segurança hídrica e o momento histórico de estiagem que a Grande São Paulo e as Bacias PCJ vêm passando. Na reunião, foram abordados, principalmente, os impactos para o setor industrial devido às possíveis restrições de uso dos recursos hídricos, bem como o histórico do abastecimento e as realidades e desafios da gestão nas regiões.

Água - Ideias Inovadoras / Soluções Sustentáveis

O DMA proferiu em maio várias palestras a estudantes universitários com o objetivo de sensibilizar os alunos quanto ao tema água e estimular a participação no concurso promovido pela Fiesp por meio da apresentação de propostas de soluções sustentáveis e inovadoras. Foram proferidas, nos dias 13 e 14 de maio, palestras no Centro Universitário da FEI, na Universidade de Santo Amaro (UNISA) e nas Faculdades Integradas Rio Branco, todas em São Paulo (SP). O concurso lançado pela Fiesp premiará as melhores propostas apresentadas pelos alunos das universidades parceiras.

Acreditação de amostragem na área ambiental

Em 14 de maio, o DMA participou do *workshop* dos laboratórios de meio ambiente e microbiologia da Escola Senai Mario Amato, em São Bernardo do Campo (SP), que abordou a acreditação de amostragem na área ambiental e a Resolução SMA nº 100/2013.

Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG)

O DMA proferiu palestra na reunião conjunta do COEMA e da Rede de Recursos Hídricos que discutiu as bases legais e demais requisitos para a proposta de cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio Paranaíba. A reunião ocorreu no dia 15 de maio, em Goiânia (GO).

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Acústica

A equipe técnica do DMA participou da reunião realizada nos dias 19 e 20 de maio, na ABNT, no Rio de Janeiro (RJ), que discutiu a revisão da norma ABNT NBR 10.151 - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade.

Compras sustentáveis

Em 28 de maio, o DMA esteve presente em reunião da Comissão Especial de Estudos sobre Compras Sustentáveis (ABNT/CEE 277) para

discussão da proposta de norma internacional ISO sobre compras sustentáveis. Na ocasião, foi apresentado o estágio atual dos trabalhos e definida uma nova agenda de trabalho. A norma permanece na fase de Committee Draft (CD).

Consulta Pública Nacional

O Projeto 38:002.01-003/2 (ISO/IEC TS 17021-2) - Avaliação da conformidade - Requisitos para organismos que fornecem auditoria e certificação de sistemas de gestão - Parte 2: Requisitos de competência para auditoria e certificação de sistemas de gestão ambiental, está em processo de consulta nacional até 8 de julho de 2014. Para mais informações, acesse o site www.abntonline.com.br/consultanacional/

Comitês de Bacias Hidrográficas

Reunião conjunta dos CBHs

O DMA esteve no Centro Tecnológico Canavieira, em Piracicaba (SP), para participar da reunião conjunta dos CBHs. No encontro, realizado no dia 14 de maio, foram tratadas questões relativas aos Comitês e o mapeamento da participação do setor.

Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)

Sistema Cantareira

A situação atual de armazenamento do Sistema Cantareira, as perspectivas para os próximos meses e as possíveis medidas de restrição de usos dos recursos hídricos das bacias PCJ situadas a jusante do Sistema foram os temas da reunião conjunta da Agência Nacional de Águas (ANA), Departamento de Água e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE) e segmento usuário industrial. Na reunião, realizada em 13 de maio, em Campinas (SP), os órgãos gestores fizeram uma apresentação sobre os eventos climáticos e suas consequências para a gestão do Cantareira. O DMA participou da reunião.

GT-Estiagem

Em 14 de maio, o DMA esteve na Agência PCJ em Americana (SP) para participar de reunião em que foi feita a consolidação das propostas de atividades da Operação Estiagem PCJ 2014, apresentadas pelos subgrupos criados na primeira reunião do GT. Após a consolidação, foi discutida a implantação da Operação Estiagem PCJ 2014.

Conflitos e escassez hídrica

O DMA participou na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) de *workshop* internacional sobre resoluções de conflitos e escassez hídrica. No evento, foi discutida a crise hídrica que atinge o Estado de São Paulo e que, dentre outros fatores, aponta para a falta de planejamento e gestão, além da inexistência de segurança hídrica nas bacias PCJ. A solução, debatida pelos especialistas presentes, é complexa e exige, além de investimentos, o compromisso de autoridades, empresariado, universidades, instituições e população. No *workshop*, realizado no dia 15 de maio, foi apresentado um *software* que faz a simulação de situações para a gestão de recursos hídricos.

Grupo Técnico do Enquadramento

Em 22 de maio, o DMA esteve em Piracicaba (SP) para participar de reunião em que foi discutida a elaboração de deliberação que criará o

Programa Gestão do Enquadramento. O programa visa a acompanhar os trabalhos que estão sendo feitos pela empresa Cobrape para a atualização do enquadramento vigente nas bacias PCJ desde 1977.

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp)

O problema de escassez nas bacias PCJ, as medidas que estão sendo estudadas e as estratégias para enfrentamento da situação foram discutidos em encontro que reuniu diretores do Ciesp das nove regionais das bacias PCJ. A reunião, que contou com a participação do DMA, foi realizada em 26 de maio, na sede da Fiesp.

Plano de bacias

Em reunião realizada no dia 28 de maio, no Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) em Piracicaba (SP), foi definida a extinção do grupo de estudos para enquadramento de corpos d'água. Os trabalhos para a efetivação do enquadramento serão agregados ao plano de gestão municipal para recursos hídricos. O DMA participou da reunião.

Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL)

A lei que trata das prioridades para uso de água em bacias consideradas críticas visando à criação de mecanismos legais para casos de racionamento de uso de água e escassez extrema foi tema de reunião realizada em 29 de maio, no Centro de Apoio Técnico e Informação para Agricultura em Campinas (SP). O DMA acompanhou a discussão.

Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)

Em 30 de maio, o DMA esteve em Atibaia (SP) para participar de reunião que discutiu as vazões a serem liberadas pelo Sistema Cantareira no mês de junho. Na mesma reunião, foram mostradas as previsões de chuvas para o mês corrente e criados seis grupos para os estudos definidos no Grupo de Escassez para enfrentamento da estiagem. Os grupos serão divididos pelas sub-bacias dos rios Atibaia, Jaguari, Capivari, Jundiá, Piracicaba e Camanducaia. O DMA participa dos seis grupos.

Turvo/Grande (CBH-TG)

Grupo Técnico de Nitrato

A elaboração do estudo técnico para monitoramento do nitrato no município de São José do Rio Preto (SP) foi o tema da reunião realizada em 7 de maio. O DMA acompanhou a reunião.

Paranapanema (CBH-Paranapanema)

Plano de Bacias (GT-Plano)

A primeira versão do Diagnóstico do Plano Integrado de Recursos Hídricos do Paranapanema foi apresentada e discutida em reunião realizada no dia 7 de maio, em Presidente Prudente (SP). No encontro, acompanhado pelo DMA, também foi definida a agenda de reuniões do GT-Plano.

Alto Paranapanema (CBH-Alpa)

Reunião Plenária

Em 29 de maio, o DMA esteve presente à reunião realizada em Itapeva (SP) para apreciação e hierarquização dos pleitos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014.

Médio Paranapanema (CBH-MP)

Reunião Plenária

A apreciação e a hierarquização dos pleitos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014, bem como a análise da proposta de implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, foram os temas de reunião realizada em 21 de maio, em Ocaúçu (SP). O DMA acompanhou o encontro.

Alto Tietê (CBH-AT)

GT sobre Leis Específicas

As discussões sobre a revisão da Lei Específica da Billings tiveram continuidade em reunião realizada em 8 de maio, em São Paulo (SP). O tema voltou a ser discutido em outra reunião, realizada no dia 30 de maio, também em São Paulo. O DMA acompanhou os dois encontros.

Câmara Técnica de Gestão de Investimentos (CT-GI)

Os critérios para a seleção de projetos visando à aplicação dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014 foram discutidos em reunião que contou com a participação do DMA. O encontro ocorreu no dia 12 de maio, em São Paulo (SP).

Fehidro 2014

Em 26 de maio, o DMA participou de reunião, realizada em São Paulo (SP), em que foram discutidos os critérios para seleção de projetos visando à aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014.

Câmara Técnica de Planejamento e Articulação (CT-PA)

A elaboração do Termo de Referência (TR) visando à revisão do Plano de Bacia foi o objetivo de reunião do Grupo de Trabalho. O encontro ocorreu no dia 29 de maio, em São Paulo (SP).

Pontal do Paranapanema (CBH-PP)

Plano de Bacias (GT-Plano)

O prognóstico do Plano de Bacia do CBH-PP foi avaliado em reunião realizada no dia 8 de maio, em Presidente Prudente (SP). O DMA esteve presente à reunião.

Câmara Técnica de Planejamento, Avaliação e Saneamento (CT-PAS)

Em 22 de maio, o DMA esteve no DAEE, em Presidente Prudente (SP), para a apreciação e hierarquização dos pleitos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014.

Paraíba do Sul (CEIVAP)

Câmara Técnica Consultiva (CVC)

Os relatórios referentes ao diagnóstico do plano de bacias foram analisados em reuniões realizadas pela Câmara Técnica Consultiva do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul. O DMA esteve presente na reunião, realizada no dia 13 de maio, em Resende (RJ).

No dia 14 de maio, na mesma cidade, ocorreu outra reunião da Câmara Técnica para dar continuidade à análise do diagnóstico do plano de bacias e o atendimento à deliberação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que determina a reavaliação dos mecanismos de cobrança da transposição para o Rio Guandu. No dia 29 de maio, também em Resende, foi analisado o relatório final do diagnóstico da revisão do plano de bacias.

Paraíba do Sul (CBH-PS)

Transposição de águas

O DMA esteve presente em reunião realizada no dia 28 de maio, em Guaratinguetá (SP), que discutiu a proposta de transposição de águas do rio Jaguari para a macrometrópole de São Paulo e a situação dos reservatórios Paraibuna, Jaguari e Santa Branca em decorrência da falta de chuvas na região.

Mogi Guaçu (CBH-Mogi)

Câmara Técnica de Planejamento e Gestão

A revisão da deliberação de critérios para distribuição de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014 foi realizada em reunião que ocorreu no dia 19 de maio, em Jaboticabal (SP). O DMA acompanhou o encontro.

Aguapeí-Peixe (CBH-AP)

Reunião Plenária

A evolução do processo de implementação da cobrança pelo uso da água foi apresentada em reunião realizada no dia 20 de maio, em Vera Cruz (SP). No encontro, acompanhado pelo DMA, também ocorreu a apreciação e hierarquização dos pleitos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014.

Cobrança pelo uso da água

Em 23 de maio, o DMA acompanhou palestra proferida no auditório do Ciesp em Marília (SP) sobre a cobrança pelo uso da água. O evento foi realizado pelo Comitê de Bacia do Aguapeí-Peixe, com apoio da do Ciesp/Fiesp.

Rio Grande

Reunião Plenária

Em 28 de maio, o DMA participou da reunião plenária do Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, realizada em São Sebastião do Paraíso (MG), para aprovação das alterações do regimento interno e do Termo de Referência para o Plano de Bacia.

Área de Proteção Ambiental de Itupararanga

Em 26 de maio, o DMA esteve em Sorocaba (SP) para participar de reunião ordinária do Conselho Deliberativo em que foram organizados os grupos de trabalho. O DMA integra o grupo para assuntos hídricos que discute como fazer a integração do plano de manejo da APA com o plano de Bacias do Rio Sorocaba e Médio Tietê.

Legislação Ambiental

Legislação Ambiental -Diplomas Legais Recentes

Federal

Decreto nº 8.235, de 5 de maio de 2014

Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto nº 7.830, de 17/10/2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil e dá outras providências.

Resolução ANA nº 683, de 5 de maio de 2014

Aprova procedimentos para validação de regras de uso da água em corpos hídricos de domínio da União estabelecidas em condições especiais.

Resolução Bacen nº 4327, de 25 de abril de 2014

Dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Portaria MMA nº 153, de 2 de maio de 2014

Institui o Grupo de Trabalho para propor escopo para um Sistema Ambiental de Uso da Biodiversidade Aquática e dá outras providências.

Portaria ICMbio nº 53, de 2 de maio de 2014

Regulamenta os procedimentos para termos de ajustamento de conduta (TAC) e acordos judiciais em matéria finalística e dá outras providências.

Instrução Normativa MMA nº 2, de 5 de maio de 2014

Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Estadual (SP)

Resolução SMA nº 40, de 7 de maio de 2014

Dispõe sobre os procedimentos relativos à suspensão da queima da palha da cana-de-açúcar, ditados pela Lei Estadual 11.241, de 19/9/2002, e regulamentada pelo Decreto Estadual 47.700, de 11/3/2003.

Resolução SAA nº 25, de 6 de maio de 2014

Altera a Resolução SAA 31, de 31/5/2011, que constitui Grupo Técnico de Trabalho para subsidiar ações para o Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

Resolução SMA nº 36, de 24 de abril de 2014

Define a Área Sob Atenção Especial do Estado em Estudo para a Expansão da Conservação da Biodiversidade de Itapeva-Itararé e dá outras providências.

Resolução SMA nº 35, de 15 de abril de 2014

Altera dispositivo da Resolução SMA 30, de 14/5/2012, que dispõe sobre a estrutura e a composição da Unidade de Coordenação do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo (UCP), nos termos do Decreto Estadual 50.406, de 27/12/2005.

Portaria da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA) nº 8, de 30 de abril de 2014

Dispõe sobre os locais para realização do Atendimento Ambiental, disposto na Seção II, do Capítulo II, do Decreto nº 60.342, de 4/4/2014, do Estado de São Paulo.

Deliberação CRH nº 159, de 15 de abril de 2014

Altera as Deliberações CRH 146/2012 e CRH 147/2012, revoga a Deliberação CRH 142/2012 e dá outras providências.

Deliberação CRH nº 158, de 15 de abril de 2014

Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), referentes ao ano de 2014, e os percentuais para distribuição entre os colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Deliberação CRH nº 157, de 15 de abril de 2014

Referenda a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe, contida nas Deliberações CBH-AP 166, de 12/12/2012, e CBH-AP 177, de 25/9/2013.

Deliberação Consema nº 2, de 23 de abril de 2014

Define as atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental passíveis de licenciamento por procedimento simplificado e informatizado, bem como autorizações.

Deliberação Consema nº 1, de 23 de abril de 2014

Fixa tipologia para o exercício da competência municipal, no âmbito do licenciamento ambiental, dos empreendimentos e atividades de potencial impacto local, nos termos do Art. 9º, inciso XIV, alínea "a", da Lei Complementar Federal 140/2011.

Projetos de lei (PL)

PL 564/14 -Dispõe sobre a obrigatoriedade do plantio e conservação de árvores, conforme especifica, nos canteiros centrais das rodovias estaduais, objetivando a preservação da flora do Estado.

Assine o Informe Ambiental

O Informe Ambiental da Fiesp, distribuído mensalmente, fornece informações de forma rápida e consistente sobre a área ambiental e atividades do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp. Envie mensagem para o endereço cdma@fiesp.com e solicite o seu cadastramento para manter-se atualizado sobre os temas ambientais em discussão no Estado de São Paulo e no País. A assinatura é gratuita

Fiesp e Ciesp divulgam orientações sobre como economizar água

Com o objetivo de estimular a conscientização, folhetos e informativos elaborados pelas entidades divulgam dicas para o melhor uso da água

Os baixos níveis a que chegaram, nos primeiros meses do ano de 2014, os reservatórios de água que abastecem o Estado de São Paulo, têm sido motivo de preocupação das entidades que representam as indústrias. A situação alarmante vem sendo monitorada pela Fiesp e discutida em várias reuniões e eventos promovidos pela entidade. Com objetivo de alertar e orientar as indústrias e a população sobre a mais grave crise de abastecimento de água vivida no Estado, a Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp), o Serviço Social da Indústria (Sesi-SP), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-SP) e o Instituto Roberto Simonsen (IRS) promoveram a campanha “Água. Cuide desse bem. Evite o desperdício”.

A iniciativa é composta por veiculação e distribuição de materiais informativos com dicas práticas de como cada um, indústria ou consumidor final, pode contribuir para a economia e a preservação da água como forma de garantir o abastecimento nos próximos meses.

Orientações de como economizar água, em várias situações, são dadas em um infográfico disponibilizado no site das entidades (<http://www.fiesp.com.br/agua>). De maneira direta e fácil, o material divulga atitudes simples que podem ser tomadas em cada um dos ambientes, em casa ou na indústria.



Cuidados na indústria

Os Departamentos de Meio ambiente da Fiesp e do Ciesp elaboraram a cartilha “Gerenciando a Escassez de Água na Indústria”. A publicação, que traz informações e orientações específicas de como economizar água nas indústrias, foi distribuída às empresas e uma versão on-line também foi disponibilizada no site das entidades.

Cuidados em casa

Com uma linguagem lúdica e didática, o livreto “Água. Cuide desse Bem. Evite o Desperdício”, mostra às crianças como elas podem ajudar em casa e ensinar também seus pais a reduzir o consumo e adotar um uso consciente de água.

A publicação, distribuída à comunidade, também está disponibilizada no site das entidades.

Agência Indusnet Fiesp

Fiesp e Sesi lançam campanha contra a dengue

Diante do aumento de casos da doença no Estado de São Paulo, o Serviço Social da Indústria de São Paulo (Sesi-SP) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) promoveram, de 3 a 5 de junho, uma campanha de mobilização contra a dengue. A campanha teve como objetivo conscientizar a população para a adoção de medidas simples que podem contribuir para a prevenção da dengue. As informações e dicas foram reunidas em um folheto explicativo distribuído ao público e que também está disponível nos sites da Fiesp e do Sesi-SP.

Cerca de 1.200 pessoas passaram pelo espaço da campanha contra a dengue, montado pelo Sesi-SP na Avenida Paulista. Dentro de um mosquito inflável, as pessoas puderam assistir a vídeos, ver amostras do mosquito transmissor da dengue e obter informações sobre como evitar a doença. No local, foram distribuídos folhetos e adesivos com a mensagem “Sou Cidadão: minha casa não tem focos do mosquito da Dengue”.

Também foram criados diversos materiais para a mobilização de indústrias, com orientações sobre como evitar o surgimento de focos do mosquito transmissor da dengue nas instalações, e para alunos do Sesi-SP, que receberam a cartilha “Patrulha Contra a Dengue”, que mistura gibi, caça-palavras, jogo dos 7 erros e check-list de inspeção.



Na avenida Paulista, instalação no formato do Aedes aegypti divulga informações sobre o combate ao agente transmissor da doença

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp. Circulação mensal.

Comentários e sugestões: Tel.: (11) 3549-4675 / Fax.: 3549-4237 • cdma@fiesp.com • www.fiesp.com.br

Edição: Fábrica C

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.